



DSATAR

Divisão de Formação e Associativismo

– Norma orientadora nº10/2012 – 1ª Revisão

Assunto: Criação dos cursos de "Proteção dos animais nos locais de criação" e de "Proteção dos animais em transporte de curta e de longa duração" e definição das normas de homologação e avaliação. Regras de equivalência de Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD) do Referencial de formação de Operador/a Pecuário/a aos cursos criados. Homologação de ações de formação com base em UFCD. Reconhecimento de competências com base em formação adquirida ou experiência profissional.

Nota Prévia

A presente Norma Orientadora corresponde à primeira revisão da original e revoga a edição de 28 de agosto de 2012.

A revisão resulta da obrigatoriedade de a avaliação dos cursos de "*Proteção dos animais em transporte de longa duração*" e de "*Proteção dos animais em transporte de curta duração*" ser efetuada por um Júri, conforme determina o Regulamento (CE) n.º1/2005 do Conselho, de 22 de dezembro.

Em concreto, foram atualizados os pontos:

3.5.3 - Constituição do processo de homologação a entregar pela entidade formadora

3.6 - Homologação dos certificados de qualificação ou de formação

3.7 - Emissão dos certificados de aptidão.

4 – Avaliação de aprendizagem dos formandos

5 – Reconhecimento de competências com base em formação adquirida ou experiência profissional.

Anexo 1

Anexo 7

1 – Objetivo

Criar os cursos de "Proteção dos animais nos locais de criação" e de "Proteção dos animais em transporte de curta e de longa duração", por espécie ou agrupamento de espécies pecuárias, que são considerados como adequados para a aquisição de competências básicas relativas à proteção dos animais nos locais de criação e no transporte, a serem reconhecidas pelo MAMAOT e, estabelecer as respetivas regras de homologação das ações de formação e as normas da avaliação. Definir as UFCD ou a

sua agregação, considerada equivalente aos cursos e, as regras de homologação das ações realizados com essas unidades. Definir o procedimento de reconhecimento de competências com base em formação adquirida ou experiência profissional

2 – Fundamentação/justificação

O Decreto-Lei n.º 64/2000, de 22 de abril, transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 98/58/CE do Conselho, de 20 de julho, estabelecendo as normas mínimas relativas à proteção dos animais nas explorações pecuárias.

O Decreto-Lei n.º 155/2008, de 7 de agosto, alterou a redação de alguns artigos do citado diploma, estabelecendo as normas mínimas comuns relativas à proteção dos animais nas explorações pecuárias e especificando as medidas a ser adotadas pelos seus detentores para salvaguarda da segurança do bem-estar dos animais.

Pelo Regulamento (CE) n.º 1/2005 do Conselho, de 22 de dezembro, suportado a nível nacional pelo Decreto-Lei n.º 265/2007, de 24 de julho, e alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 158/2008, de 8 de agosto, foi implementada uma reformulação total das regras em matéria de bem-estar dos animais durante o respetivo transporte bem como um conjunto de normas mais rigorosas para as viagens de longo curso.

Pelo Decreto-Lei n.º 79/2010, de 25 de julho, foi transposta para a legislação nacional o Regulamento (CE) n.º 2007/43/CE, do Conselho, de 28 de junho, relativo às regras mínimas para a proteção dos frangos nos locais de criação

A legislação comunitária e nacional atrás invocada, relativa à proteção dos animais nos locais de criação e durante o seu transporte, determina que os recursos humanos envolvidos no processo do manejo, manuseamento e transporte de animais, devam ser detentores de capacidade, conhecimento e competência profissional para o efeito.

Face a estas exigências regulamentares procede-se à criação dos cursos na área da proteção e do bem-estar animal e à sua regulamentação, bem como aos termos de homologação de ações de formação pelo Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território (MAMAOT).

Considerando o Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro, que instituiu o Sistema Nacional de Qualificações (SNQ) e o Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ), salvaguarda-se a articulação dos conteúdos dos cursos agora criados com as Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD) do referencial de formação de Operador/Pecuário/a, estabelecendo as respetivas correspondências e possibilitando a integração desta formação em itinerários de formação qualificante.

3 – Procedimento

3.1 – Criação de cursos

3.1.1 – Cursos

São criados os seguintes cursos na área da Proteção dos animais nos locais de criação e no transporte:

- a) Curso de “Proteção dos Ruminantes e Equinos nos locais de criação”.
- b) Curso de “Proteção dos Suínos nos locais de criação”.
- c) Curso de “Proteção das Aves (aves reprodutoras, perus, patos, codornizes, avestruzes) nos locais de criação”.
- d) Curso de “Proteção das Galinhas poedeiras nos locais de criação”.
- e) Curso de “Proteção dos Frangos nos locais de criação”.
- f) Curso de “Proteção dos Coelhos nos locais de criação”.
- g) Curso de “Proteção dos Animais em Transporte de curta duração – Ruminantes e Equinos”.
- h) Curso de “Proteção dos Animais em Transporte de curta duração – Suínos”.
- i) Curso de “Proteção dos Animais em Transporte de curta duração – Aves”.
- j) Curso de “Proteção dos Animais em Transporte de longa duração – Ruminantes e Equinos”.
- k) Curso de “Proteção dos Animais em Transporte de longa duração – Suínos”.
- l) Curso de “Proteção dos Animais em Transporte de longa duração – Aves”.

As ações a realizar destes cursos são previamente homologadas pelos serviços competentes devendo respeitar o referencial de formação definido nos programas divulgados pela Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) e pela Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), que figuram em anexo à presente Norma Orientadora (NO).

3.1.2 – Complementos de formação

São também criados as seguintes unidades formativas, complementos de formação já obtida:

- a) Complemento de formação em “proteção dos animais nos locais de criação – Ruminantes e Equinos”.
- b) Complemento de formação em “proteção dos animais nos locais de criação – Suínos”
- c) Complemento de formação em “proteção dos animais nos locais de criação – Aves (aves reprodutoras, perus, patos, codornizes, avestruzes)”.
- d) Complemento de formação em “proteção dos animais nos locais de criação – Galinhas poedeiras”.
- e) Complemento de formação em “proteção dos animais nos locais de criação duração – Frangos”.
- f) Complemento de formação em “proteção dos animais nos locais de criação duração – Coelhoos”.
- g) Complemento de formação em “proteção dos animais em transporte de curta duração – Ruminantes e Equinos”.
- h) Complemento de formação em “proteção dos animais em transporte de curta duração – Suínos”
- i) Complemento de formação em “proteção dos animais em transporte de curta duração – Aves”.
- j) Complemento de formação em “proteção dos animais em transporte de longa duração – Ruminantes e Equinos”

- k) Complemento de formação em “proteção dos animais em transporte de longa duração – Suínos”
- l) Complemento de formação em “proteção dos animais em transporte de longa duração – Aves”.

Após a frequência com aproveitamento de um dos cursos de “Proteção nos locais de criação”, de “Proteção em Transporte de curta duração” ou de “Proteção em Transporte de longa duração” indicados em 3.1.1, caso os destinatários pretendam adquirir formação sobre outra espécie ou grupo de espécies na mesma área, poderão fazê-lo através da frequência de uma ação complementar de formação com a duração de seis horas, de acordo com o programa-tipo definido pelas entidades indicadas em 3.1.1.

A ação complementar de formação poderá ser realizada de forma autónoma ou inserida no programa de uma das ações dos cursos indicados em 3.1.1, sendo de adotar esta última hipótese quando os seus destinatários pretendam desde logo adquirir competências em relação a mais do que uma espécie ou grupo de espécies.

3.2 Destinatários da formação

As ações referidas anteriormente **destinam-se** a agricultores detentores de explorações pecuárias registadas e aos seus trabalhadores pecuários, a detentores de veículos de transporte registados ou licenciados pela DGAV, seus condutores e auxiliares de transporte.

Entende-se por trabalhadores pecuários e auxiliares de transporte, os trabalhadores assalariados, permanentes ou eventuais, e os trabalhadores familiares propostos à formação, por titular de exploração registados ou por detentores de veículos de transporte registados ou licenciados pela DGAV, respetivamente.

3.3 Requisitos dos formandos para acesso às ações de formação



Para efeito de acesso às ações dos cursos indicados em 3.1.1 e 3.1.2, os **formandos** devem reunir cumulativamente os seguintes **requisitos**:

- a) Ter idade mínima igual ou superior a 18 anos;
- b) Serem:
 - Agricultores detentores de explorações pecuárias registadas ou seus trabalhadores;
 - Detentores de veículos registados ou licenciados pela DGAV, seus condutores e auxiliares, de acordo com o perfil definido no programa do respetivo curso;
- c) Ter cumprido a escolaridade mínima obrigatória.

Podem ser aceites formandos que não possuam a habilitação escolar referida na alínea c) anterior, desde que exerçam a profissão.

Quando o formando não tenha possibilidade de apresentar o comprovativo da escolaridade poderá prová-la através de outro documento equivalente ou por declaração de honra.

3.4 Requisitos dos formadores

As ações de formação dos cursos indicados em 3.1.1 e 3.1.2 devem ser ministradas por **formadores** homologados pela DGAV e por ela indicados, que integram uma Bolsa de Formadores em desenvolvimento para o efeito, ou que reúnam cumulativamente os seguintes **requisitos**:

- a) Habilitação académica – possuir mestrado, licenciatura ou bacharelato (níveis de qualificação 6 e 7) em Medicina Veterinária, Engenharia Zootécnica ou em Produção animal;
- b) Habilitação profissional – possuir formação profissional na área da proteção e bem-estar animal ou em alternativa experiência profissional mínima de três



anos relacionada com atividades que envolvam a Proteção e o Bem-estar animal da espécie sobre que a ação vai incidir, comprovadas por declaração de entidade empregadora, descrevendo o tipo de atividade desenvolvida e respetiva duração.

Consideram-se atividades reconhecidas e aceites para o efeito a elaboração e aplicação de **Planos de Bem-estar animal** e/ou de **Processos de certificação**.

Quando a documentação comprovativa apresentada pelo candidato a formador suscitar dúvidas à entidade homologadora (DRAP) deve esta solicitar parecer à DGAV;

- c) Habilitação pedagógica – ter certificado de aptidão profissional de formador ou certificado de formação pedagógica como formador.

3.5 – Homologação de ações de formação e de certificados de formação

3.5.1 - Entidades competentes para proceder à homologação

A homologação das ações de formação compete às **Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP)** da área geográfica em que se realiza a ação de formação.

3.5.2. - Requisitos das Entidades Formadoras

Podem realizar os cursos indicados no ponto 3.1.1 e 3.1.2, as entidades formadoras públicas ou privadas devidamente certificadas para a área de Educação e Formação 621 Produção Agrícola e Animal, que apresentem às DRAP os respetivos pedidos de homologação de ações, nos termos do disposto na presente Norma.

3.5.3 Constituição do processo de homologação a entregar pela entidade formadora

Para efeito de homologação de ações de formação, a entidade formadora deve apresentar à Direção Regional de Agricultura e Pescas respetiva, pelo menos com **30 dias de**

antecedência sobre a data de início da ação de formação que pretenda realizar, um **processo instruído** com os seguintes documentos:

- a) Indicação da ação que pretende seja homologada;
- b) Programa da ação, conforme programa-tipo definido, constando os objetivos gerais e específicos, duração, conteúdo temático, relação teórico-prática, sistema de avaliação e indicação dos formadores por módulo ou unidade;
- c) Lista de formadores e respetivos comprovativos dos requisitos indicados no ponto 3.4.
- d) Caracterização das infraestruturas físicas e dos equipamentos didático-pedagógicos a utilizar.
- e) Indicação dos documentos didáticos a entregar aos formandos durante a ação;
- f) Identificação do local de formação relativamente às sessões teóricas e práticas;
- g) As fichas de inscrição dos formandos incluindo declaração de cada formando em como autoriza a utilização dos seus dados pessoais nos termos da Lei nº67/98 de 26 de outubro, para efeito do tratamento informático dos processos de homologação, de apuramento estatístico e de controlo da formação realizada e, os comprovativos dos requisitos exigidos;
- h) Calendarização da Ação – através de cronograma com indicação das datas, horário das sessões, módulos/unidades e respetivos formadores;
- i) Pedido de convocação do júri para a avaliação final de aprendizagem, apenas para as ações de formação sobre “Proteção dos animais no transporte de longa duração” e de “Proteção dos animais no transporte de curta duração”, indicando o local e a data da avaliação, o qual deve ser apresentado com o pedido de homologação da ação, obrigando-se a comunicar à entidade homologadora qualquer alteração que entretanto se verifique.

A entidade formadora, após a homologação da ação, **obriga-se** ainda, até à data de início da ação de formação, a:

- a) Confirmar, por escrito, à DRAP, a data e hora de início da ação de formação, que terá de ser posterior à data de “homologação da ação” e, o local de realização;
- b) Confirmar o cronograma da ação.
- c) Confirmar os dados dos formandos através de ficheiro informático, estruturado de acordo com as normas da DRAP.

3.5.4 Homologação de ações de formação com base em UFCD.

Podem ser homologadas as ações de formação, como equivalentes aos cursos indicados no ponto 3.1, que sejam realizadas com base nas seguintes UFCD do **Referencial de Formação 621283 – Operador/a Pecuário/a**:

Curso de	UFCD
Proteção dos Ruminantes e Equinos nos locais de criação	UFCD 6849 – Proteção de Ruminantes e Equinos nos locais de criação
Proteção dos Suínos nos locais de criação	UFCD 6850 – Proteção dos Suínos nos locais de criação
Proteção das Aves nos locais de criação	UFCD a criar – “Proteção das Aves nos locais de criação”
Proteção das Galinhas poedeiras nos locais de criação	UFCD a criar – “Proteção das Galinhas poedeiras nos locais de criação”
Proteção dos Frangos nos locais de criação	UFCD a criar – “Proteção dos Frangos nos locais de criação”
Proteção dos Coelhoos nos locais de criação	UFCD a criar – “Proteção dos Coelhoos nos locais de criação”
Proteção dos Animais em Transporte de curta duração – Ruminantes e Equinos	UFCD 6855 – Proteção de Ruminantes e Equinos em Transporte de curta duração
Proteção dos Animais em Transporte de curta duração – Suínos	UFCD 6856 – Proteção de Suínos em Transporte de curta duração
Proteção dos Animais em Transporte de curta duração – Aves	UFCD a criar - Proteção dos Animais em Transporte de curta duração – Aves
Proteção dos Animais em Transporte de longa duração – Ruminantes e Equinos	UFCD 6852 – Proteção de Ruminantes e Equinos em Transporte de longa duração
Proteção dos Animais em Transporte de longa duração – Suínos	UFCD 6853 – Proteção de Suínos em Transporte de longa duração
Proteção dos Animais em Transporte de longa duração – Aves	UFCD a criar - Proteção dos Animais em Transporte de longa duração – Aves

A distribuição da carga horária das UFCD por componente da formação e pela avaliação deve respeitar os seguintes valores:

UFCD			Duração por componente - Horas			
Código	Designação	Duração Horas	SC	CT	PS	Avaliação
6849	Proteção de Ruminantes e Equinos nos locais de criação	25	1	8	13	3
6850	Proteção dos Suínos nos locais de criação	25	1	8	13	3
...	Proteção das Aves nos locais de criação	25	1	11	10	3
...	Proteção de Galinhas poedeiras	25	1	11	10	3
...	Proteção dos Frangos nos locais de criação	25	1	11	10	3
...	Proteção dos Coelho nos locais de criação	25	1	11	10	3
6855	Proteção de Ruminantes e Equinos em Transporte de curta duração	25	1	7	13	4
6856	Proteção de Suínos em Transporte de curta duração	25	1	7	13	4
...	Proteção de Aves em Transporte de curta duração	25	1	7	13	4
6852	Proteção de Ruminantes e Equinos em Transporte de longa duração	25	1	8	12	4
6853	Proteção de Suínos em Transporte de longa duração	25	1	8	12	4
...	Proteção de Aves em Transporte de longa duração	25	1	8	12	4

O conteúdo das UFCD deve ser desenvolvido de acordo com o programa dos respetivos cursos indicados no ponto 3.1.1. A diferença de carga horária total verificada entre as UFCD e os cursos, deve ser imputada à componente de prática simulada.

3.5.4.1 - Condições a observar na homologação

- Para homologação da ação de formação pela entidade competente, a **Entidade Formadora deverá apresentar um programa completo**, que inclua todas as matérias a ministrar no curso - módulos, unidades temáticas, horas de SC, CT e de PS, os objetivos geral e específicos, esquema de avaliação, por forma a que seja verificável o cumprimento do programa definido na presente Norma Orientadora.



- b) De igual forma deve ser observado e apresentado o disposto nas alíneas c) a i), do ponto 3.5.3 da presente NO.

3.5.5 Opção entre cursos e UFCD

Quando as entidades formadoras ou os formandos pretendam inserir a formação modular em percursos qualificantes de formação e/ou pretendam recorrer a financiamento do POPH, devem realizar a formação com base nas UFCD, respeitando a respetiva duração. Quando tal não aconteça e a formação seja financiada por outras vias, poderão fazer a formação segundo o programa-tipo dos cursos estabelecido pelo MAMAOT de acordo com a respetiva duração.

Os complementos de formação, pela sua duração, não são traduzíveis em UFCD, pelo que a sua realização apenas pode ser efetuada com base nos respetivos programas e sem recurso a financiamento público.

3.6 – Homologação dos certificados de qualificação e de formação

- a) Após a conclusão do curso, realizada a avaliação, apurados os resultados e efetuada a classificação, pelo formador ou pelo júri, consoante as ações de formação, a entidade formadora deve emitir os certificados de qualificação ou de formação. Para efeito de **homologação dos certificados**, a entidade formadora deve remetê-los à DRAP, no prazo máximo de 45 dias após a conclusão da ação de formação, acompanhados de:
- Sumários das matérias ministradas;
 - Folhas de presença;
 - Relatório de execução da ação integrando os respetivos anexos e o apuramento das avaliações de reação;
 - Enunciado da prova de avaliação realizada;
 - Cópia da ata do júri da prova e da pauta de classificação, ou apenas esta última no caso dos “Complementos de formação”;



- vi. Ficheiro digital com os dados dos formandos, conforme formato entregue pela DRAP, totalmente preenchido, incluindo o aproveitamento final de cada.
- b) A DRAP competente dispõe de um prazo de 30 dias para análise e homologação dos certificados.
- c) No caso de faltarem elementos o prazo é suspenso e os mesmos solicitados à entidade formadora, que terá de os enviar à entidade competente no prazo de 15 dias, dispondo esta entidade de mais 15 dias para a homologação dos certificados.
- d) O certificado encontra-se homologado, aquando da aposição de carimbo pela entidade competente devidamente numerado e assinado ou emitido o respetivo certificado pela DRAP, consoante as situações.
- e) Após terem sido homologados, os certificados são devolvidos à entidade formadora para entrega imediata aos formandos.

3. 7 – Emissão dos certificados de aptidão

Para cada certificado de formação homologado referentes a cursos de “Proteção de animais em transporte de longa duração” ou de “Proteção de animais em transporte de curta duração”, a DGAV emitirá um certificado que ateste que o titular frequentou a formação obrigatória e adquiriu competências em proteção e bem-estar animal, no transporte de longa duração ou de curta duração, para a(s) espécie(s) indicada(s), nos termos do nº 2 do artigo 17º do Regulamento (CE) nº1/2005 do Conselho de 22 de dezembro de 2004.

Nos termos do Despacho nº 2779/2012, de 27 de janeiro, relativo ao preço dos serviços prestados pela DGAV, a emissão do CAP – original ou 2ª via, passa a ter um custo. O seu pagamento deve processar-se de acordo com as instruções constante nos anexos.

3.8 – Informação das DRAP à DGAV e DGADR

Para efeito do número 3.7 e de informação estatística sobre os cursos na área do Bem-estar Animal, compete às DRAP, no prazo máximo de 30 dias após homologação dos certificados de formação, comunicar à DGAV e à DGADR, em relação a cada ação de formação de todos dos cursos, a lista com a identificação completa dos formandos que obtiveram essa homologação.

4 – Avaliação de aprendizagem dos formandos

4.1 – Ações de “Proteção dos animais nos locais de criação”

No final das ações de formação de “Proteção dos animais nos locais de criação”, os formandos devem realizar uma prova de avaliação de natureza somativa, individual, escrita ou oral.

Compete aos formadores realizar a prova de avaliação somativa, conforme indicado no esquema de avaliação do Programa do curso, devendo para tal estruturar a prova e elaborar os respetivos instrumentos de avaliação. Compete igualmente aos formadores avaliarem e pontuarem as provas realizadas pelos formandos e apurar a sua classificação final, em formulário próprio da entidade formadora.

As provas são pontuadas em referência a uma escala de 0 a 20, sendo a classificação final qualitativa. Aos formandos com uma pontuação menor que 10 é atribuída a classificação, “sem aproveitamento”. Aos formandos com uma pontuação igual ou superior a 10 é atribuída a classificação, “com aproveitamento”.



A entidade formadora deve elaborar a pauta final de classificação dos formandos, a qual deve ser assinada pelos formadores e pelo coordenador, e emitir certificados de qualificação ou de formação.

As provas de avaliação, as classificações e a pauta final de classificação devem constar do dossiê pedagógico da ação de formação.

4.2 – Ações de “Proteção dos animais no transporte de longa duração” e de “Proteção dos animais no transporte de curta duração”

No final das ações de formação de “Proteção dos animais no transporte de longa duração” e de “Proteção dos animais no transporte de curta duração”, os formandos devem realizar uma **prova de avaliação**, somativa e individual, perante um júri.

A prova consiste num teste escrito abordando toda a matéria do curso.

Sempre que se verificar que os formandos têm um elevado nível de iliteracia, as provas devem ser orais.

4.2.1. Constituição, funcionamento do Júri e normas de realização da prova de avaliação

- a) O júri é constituído pelos seguintes elementos:
 - a. Um técnico representante da DGAV a selecionar da lista de membros do júri, elaborada pela DGAV para cada DRAP;
 - b. Um técnico representante da DRAP, da área da Formação Profissional;
 - c. O formador da ação.



- b) Compete ao representante da DGAV, presidir ao júri, conceber a prova de avaliação e apresentá-la ao júri, conduzir a prova de avaliação, garantir o rigor técnico da elaboração dos instrumentos e das provas.
- c) Compete ao representante da DRAP indicado em b. da anterior alínea a), apoiar o presidente do júri na preparação e condução da prova, garantir o rigor didático da mesma e o cumprimento dos normativos de avaliação e a aplicação do regulamento do curso.
- d) Por impedimento de um dos seus membros, o júri poderá funcionar apenas com a presença de dois elementos, desde que um deles seja o presidente.
- e) O júri prepara previamente as provas a realizar, os instrumentos de avaliação escrita ou oral, bem como estabelece a aplicação dos critérios de avaliação, tendo em conta o grupo de formandos a avaliar.
- f) Os membros do júri participam na prova de avaliação, na correção das provas, na classificação dos formandos, na elaboração da ata e da pauta de resultados, cabendo ao presidente desempatar os casos em que não haja consenso.
- g) Caso sejam realizadas provas orais, são conduzidas pelo presidente, sem prejuízo da participação dos restantes membros, todavia a prova deve seguir o roteiro previamente estabelecido e ser equivalente às restantes provas realizadas pelo grupo de formandos da ação.
- h) Na preparação da prova de avaliação deve ter-se em conta a bateria de temas elaboradas pela DGV, sem prejuízo de poderem ser introduzidas outras formulações.



- i) As provas devem ser diferentes para cada ação, incluir a maior variedade de temas do programa e a formulação das questões deve ser de fácil entendimento pelo público-alvo.
- j) Após a prova de avaliação o júri redige uma ata, faz o apuramento dos resultados e elabora a respetiva pauta. Para o efeito serão divulgados pela DGADR os instrumentos necessários: modelo de ata e pauta de classificação, que podem ser descarregados da página da internet www.dgadr.pt.
- k) As provas são pontuadas em referência a uma escala de 0 a 20, sendo a classificação final qualitativa.
- l) Os formandos são classificados na pauta final com a menção de “com aproveitamento” ou “sem aproveitamento”
- m) Considera-se um formando “com aproveitamento” quando obtiver na prova escrita ou oral uma pontuação igual ou superior a 10.
- n) Quando o formando não obtenha aproveitamento, o júri poderá, desde logo, propor ao formando a realização de nova prova de avaliação, escrita ou oral, se considerar que o formando terá hipóteses de êxito. Caso tal não aconteça o formando dispõe de três meses como prazo máximo para requerer junto da entidade formadora nova avaliação, sem a obrigatoriedade de repetir a formação.

De acordo com a pauta de classificação assinada pelo júri de avaliação, a entidade formadora deve emitir os respetivos certificados de qualificação ou de formação.

As provas de avaliação, as classificações e a pauta final de classificação devem constar do dossiê pedagógico da ação de formação.

Nos termos do Despacho nº 2779/2012, de 27 de janeiro, relativo ao preço dos serviços prestados pela DGAV (em anexo), pela participação do seu representante no júri de avaliação, são devidos os custos aí previstos, a pagar pelas entidades formadoras à DGAV.

4.2.2. Provas de avaliação de ações de Complementos de formação em “Proteção dos animais no transporte de longa duração”

Considerando a possibilidade de as ações de formação relativas a “Complementos de formação” poderem ser realizadas de forma articulada e integrada com outras ou isoladamente, aplicam-se as seguintes regras em relação à avaliação:

- a) Quando a ação de formação for constituída por um dos programas indicados nas alíneas j), k), l), do ponto 3.1.1, e por um dos complementos de formação indicados nas alíneas j), k), l), do ponto 3.1.2, a avaliação final incidirá sobre todos os conteúdos e objetivos indicados nos respetivos programas, nos termos indicados no ponto 4.2.1.
- b) Quando a ação de formação sobre um dos complementos de formação indicados na alínea anterior decorrer isoladamente, a avaliação será realizada no final pelo formador, através de uma prova escrita ou oral sobre os temas tratados, não havendo lugar a presença de júri. Compete ao formador apurar os resultados das provas e preencher a pauta de resultados, considerando os critérios indicados no ponto anterior. Há lugar à passagem de um certificado de formação, sendo as novas competências adquiridas inscritas no “certificado de aptidão” pela DGAV.

5 – Reconhecimento de competências com base em formação adquirida ou experiência profissional

Aos profissionais em atividade, que já disponham de formação adequada ou de experiência profissional, pode ser reconhecida pela DGAV a equivalência dessa formação ou dessa experiência, nos seguintes termos:



- a) Quando os destinatários indicados no ponto 3.2 da presente Norma, reúnam os requisitos definidos no ponto 3.3 e demonstrem ter frequentado uma ação de formação pela qual adquiriram as competências definidas nos programas dos cursos de “Proteção nos locais de criação” indicados no ponto 3.1.1, podem requerer diretamente à DGAV a equivalência dessa formação para efeito do reconhecimento de competências.
- b) Quando os destinatários indicados no ponto 3.2 da presente Norma, reúnam os requisitos definidos no ponto 3.3 e demonstrem ser licenciados em Medicina Veterinária ou em Engenharia Zootécnica, ou bacharéis em Zootecnia ou em Produção Animal, podem requerer diretamente à DGAV a equivalência dessa formação para efeito do reconhecimento de competências em “Proteção dos animais em transporte de curta duração” ou em “Proteção dos animais em transporte de longa duração”, de determinadas espécies.
- c) Quando os destinatários indicados no ponto 3.2 da presente Norma, reúnam os requisitos definidos no ponto 3.3 e demonstrem ter experiência profissional mínima de três anos no maneo e manuseamento de animais nos locais de criação, de acordo com as normas de proteção e bem-estar-animal, podem requerer diretamente à DGAV a equivalência dessa experiência profissional, para efeito do reconhecimento de competências, a um dado curso de “Proteção dos animais nos locais de criação”.
- d) Para efeito das alíneas anteriores os interessados deverão remeter à DGAV os seguintes elementos:
 - a. Identificação
 - b. Cópia dos documentos comprovativos da habilitação escolar;
 - c. Cópia dos documentos comprovativos da formação profissional adquirida, relevante para o reconhecimento a efetuar, e dos programas detalhados;
 - d. Comprovativos da experiência profissional relevante, emitidos por entidades patronais, para o reconhecimento a efetuar;
 - e. *Curriculum vitae* ou ficha curricular.

- e) A DGAV dispõe de 30 dias para analisar e decidir os processos de reconhecimento de competências.

6. Anexos

Constituem anexos à presente Norma Orientadora:

- 1 – Programa do Curso de “Proteção dos Ruminantes e Equinos nos locais de criação”.
- 2 – Programa do Curso de “Proteção dos Suínos nos locais de criação”.
- 3 – Programa do Curso de “Proteção das Aves (aves reprodutoras, perus, patos, codornizes, avestruzes) nos locais de criação”.
- 4 – Curso de “Proteção das Galinhas poedeiras nos locais de criação”.
- 5 – Programa do Curso de “Proteção dos Frangos nos locais de criação”.
- 6 – Programa do Curso de “Proteção dos Coelhoos nos locais de criação”.
- 7 – Programa do Curso de “Proteção dos Animais em Transporte de curta duração – Ruminantes e Equinos” ou, “Suínos” ou, “Aves”.
- 8 – Programa do Curso de “Proteção dos Animais em Transporte de longa duração – Ruminantes e Equinos” ou, “Suínos” ou, “Aves”.
- 9 – Programa do Complemento de formação em “proteção dos animais nos locais de criação – Ruminantes e Equinos” ou, “Suínos” ou, “Aves (aves reprodutoras, perus, patos, codornizes, avestruzes)” ou, “Galinhas poedeiras” ou, “Frangos” ou, “Coelhos”.
- 10 – Programa do Complemento de formação em “proteção dos animais em transporte de curta duração – Ruminantes e Equinos” ou, “Suínos” ou, “Aves”.
- 11 – Programa do Complemento de formação em “proteção dos animais em transporte de longa duração – Ruminantes e Equinos” ou, “Suínos” ou, “Aves”.
- 12 - Mapa de resultados da avaliação final (Mod.9.1.1/PAF/MAMAOT)
- 13 - Minuta de Ata da prova de avaliação, a elaborar pelo Júri da prova (Mod.6.1.1/PAF/MAMAOT).
- 14 – Despacho nº2779/2012, de 27 de janeiro, sobre preços dos serviços prestados pela DGAV.



15 – Instruções de pagamento do serviço de emissão de CAP – original ou 2ª via – DGAV.

A presente Norma Orientadora foi elaborada com base na colaboração e nas orientações técnicas definidas pela Divisão de Bem-Estar Animal, da Direção de Serviços de Saúde e Proteção Animal da DGAV.

Lisboa, 07 de dezembro de 2012

Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

DSTAR

Divisão de Diversificação da Atividade Agrícola, Formação e Associativismo